



ATA NÚMERO 05/2012

1 Aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze, com início às nove horas, na
2 Sala do Conselho Universitário, sito à Praça Sete de Julho, 180, realizou-se sessão
3 extraordinária do Conselho Universitário - CONSUN da Universidade Federal de Pelotas,
4 convocada e presidida pelo Professor **Antonio Cesar Gonçalves Borges**, Magnífico Reitor,
5 com a participação dos seguintes conselheiros: **Manoel Luiz Brenner de Moraes**, Vice-Reitor,
6 **Orlando Antonio Lucca Filho**, Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento; **Cláudio**
7 **Manoel da Cunha Duarte**, Pró-Reitor de Graduação; **Manoel de Souza Maia**, Pró-Reitor de
8 Pesquisa e Pós-Graduação; **Luiz Ernani Gonçalves Ávila**, Pró-Reitor Administrativo;
9 **Gilberto de Lima Garcias**, Pró-Reitor de Extensão e Cultura; **Roberta Rodrigues**
10 **Trierweiler**, Pró-Reitora de Gestão de Recursos Humanos; **Érico Kunde Corea**, Pró-Reitor de
11 Infraestrutura; **Ledemar Carlos Vahl**, Diretor da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel;
12 **Márcia Bueno Pinto**, Diretora da Faculdade de Odontologia; **Alexandre Fernandes Gastal**,
13 Diretor da Faculdade de Direito; **Everton Fagonde da Silva**, no exercício da Direção da
14 Faculdade de Veterinária; **Edar da Silva Añaña**, Diretor da Faculdade de Administração e
15 Turismo; **Farid Butros Iunan Nader**, Diretor da Faculdade de Medicina; **Jonas da Costa**
16 **Carvalho**, Diretor da Faculdade de Meteorologia; **José Francisco Gomes Schild**, Diretor da
17 Escola Superior de Educação Física; **Lig Cardoso Carlos**, no exercício da Direção da
18 Faculdade de Educação; **Gladis Aver Ribeiro**, Diretora do Instituto de Biologia, **Lorena**
19 **Almeida Gill**, no exercício da Direção do Instituto de Ciências Humanas; **Sérgio Luiz dos**
20 **Santos Nascimento**, Diretor do Centro de Ciências Químicas, Farmacêuticas e de Alimentos;
21 **Álvaro Augusto Borba Barreto**, Diretor do Instituto de Sociologia e Política; **Lauer Nunes**
22 **dos Santos**, Diretor do Centro de Artes; **Luciane Prado Kantorski**, Diretora da Faculdade de
23 Enfermagem e Obstetrícia; **Jonas da Costa Carvalho**, Diretor da Faculdade de Meteorologia;
24 **Antonio César Silveira Baptista da Silva**, Diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo;
25 **Márcia Rúbia Duarte Buchweitz**, Diretora da Faculdade de Nutrição; **Paulo Ricardo Silveira**
26 **Borges**, Diretor do Centro de Letras e Comunicação; **Carlos Antonio da Costa Tillmann**,
27 Diretor do Centro das Engenharias; **Heloisa Helena Duval Azevedo**, Diretora do Centro de
28 Educação Aberta a Distância; **Iná da Silva dos Santos**, representante dos Professores Titulares;
29 **Carmen Helena Jacques Lemes**, suplente do representante dos Professores Titulares; **Álvaro**
30 **Leonardi Ayala Filho**, representante dos Professores Associados; **Raquel Lüdtke**, suplente do
31 representante dos Professores Adjuntos; **William Silva Barros**, representante dos Professores
32 Adjuntos; **Celeste dos Santos Pereira**, representante dos Professores Assistentes; **Gicele**
33 **Costa Mintem**, suplente da representante dos Professores Assistentes; **Carolina Ziebell**
34 **Carpena**, representante dos Professores Auxiliares; **Rafael Ventromille**, suplente do
35 representante dos Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação; **Tiago Veiras Collares**,
36 representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação; **Elizabete Helbig** representante do
37 COCEPE; **José Luiz de Pellegrin**, representante do COCEPE; **Eduardo Algayer Osório**, do
38 representante Comunitário; **Daniela Lumertz da Luz**, **Hércules Gonzáles**, **Sérgio Estevão**
39 **Silva e Pedro Henrique Jordão (suplente)**, representantes discentes; **Ediane Sievers Acunha**,
40 **Edimar Gonçalves Ribeiro**, **Gustavo Alves Andrade**, **João Paulo Volcan Adamoli**
41 **(suplente)**, **Rosendo da Rosa Caetano**, representantes dos Técnicos Administrativos. Não
42 compareceram os conselheiros: **João Francisco Nascimento Hobuss**, Pró-Reitor de Assuntos
43 Estudantis; **Victor Paulo Barros Gonçalves**, Diretor do Instituto de Física e Matemática; **Odir**
44 **Antônio Dellagostin**, Diretor do Centro de Desenvolvimento Tecnológico; **Jabr Hussein Deeb**
45 **Haj Omar**, Diretor do Centro de Integração do MERCOSUL; **Aluisio Jardim Dornellas de**
46 **Barros**, representante dos Professores Associados; **Paulo Fernando do Couto Bispo**,
47 representante dos Professores Auxiliares; **Márcia Foster Mesko**, representante dos
48 Coordenadores de Cursos de Graduação; **Carlos Mário Almeida dos Santos**, representante

Assinatura



49 Comunitário e Jairo Fonseca de Azevedo, representante Comunitário Alex Nunes Molina,
50 Lawrence Estivalet, Sabine Tams Gasperin; representantes discentes e Vilson Borba Pinto
51 e Willi Wetzel Jr.; representantes dos Técnicos Administrativos. Constatada a existência de
52 quorum legal, o senhor presidente, Professor Antônio Cesar Borges, iniciou a reunião
53 convidando à mesa a Professora Ástrid Ávila, da UFPR e o Professor Mauro Del Pino.
54 Solicitou ao Conselho a autorização para que uma representante da FAU, senhora Cristina, que
55 trabalha diretamente com a questão hospitalar, pois faz parte da área jurídica da Fundação, para
56 que pudesse assistir a apresentação da Professora Astrid. Acreditava não haver nenhum
57 inconveniente, por tratar de ares do mesmo tema. Com a concordância dos conselheiros, o
58 senhor presidente passou ao **Item 01 – Apresentação do tema Empresa Brasileira de Serviços**
59 **Hospitalares – EBSEH, com a participação da Professora Ástrid Becher Ávila da**
60 **Universidade Federal do Paraná – UFPR (Integrante do Conselho Universitário).** O senhor
61 presidente lembrou que tínhamos tido a participação do Doutor Celso Araújo, do Ministério da
62 Educação, na última reunião e, por sugestão do Professor Del Pino, estavam todos para ouvir
63 também o posicionamento daqueles que não concordam de certa maneira ou que tenham alguns
64 questionamentos a serem feitos sobre essa questão, para que na próxima reunião do Conselho
65 Universitário que estava prevista para o dia treze, na semana seguinte, pudessem analisar dois
66 temas importantes. Esse, não apenas análise, mas também deliberação, esse assunto que era a
67 adesão da Universidade à EBSEH e também a questão das cotas, uma vez que teriam de tomar
68 a decisão e tinham um tempo previsto por Lei para a adaptação às novas decisões determinadas
69 pela Lei das Cotas. E seguindo a reunião passou a palavra à Professora Ástrid. Esta fez sua
70 manifestação: “Bom dia a todos e todas. Agradeço imensamente o convite e a oportunidade de
71 poder estar aqui na manhã de hoje com todos vocês. Os motivos que nos trazem aqui na
72 verdade são dois. Primeiro, a minha experiência como conselheira do Conselho Universitário
73 da Universidade Federal do Paraná, via Conselho de Planejamento de Administração e
74 segundo, o acúmulo que temos feito dentro do movimento docente juntamente com o Fórum
75 Nacional contra a privatização da saúde a respeito de que significa a EBSEH e uma nova
76 realidade para os hospitais universitários e escolares que deixa de ganhar os dois adjetivos, no
77 nosso entendimento, tanto de universitário quanto de escolar eminha defesa virá um pouco
78 nesse sentido. Eu trouxe aqui, na verdade, dez motivos para pensarmos e refletirmos sobre o
79 que significa a EBSEH e a adesão a essa nova empresa, pelas universidades federais. Primeira
80 grande questão que gostaríamos de salientar é que por si só, estabelecer uma fundação pública
81 de direito privado nos moldes que estão contidos na Lei, rompe de imediato com o tripé ensino,
82 pesquisa e extensão. Para nós isso não é uma coisa pequena, principalmente porque isso vai
83 trazer gravíssimas conseqüências, tanto para a formação dos estudantes quanto para a extensão
84 e a pesquisa nessa área. A Universidade, aderindo à Empresa, abre mão de sua autonomia na
85 gestão desse hospital e obviamente o serviço que vai ser oferecido nesse novo local vai atender
86 aos interesses empresariais. Todos nós sabemos exatamente o que significa a lógica
87 mercadológica dentro do sistema público. Isso não quer dizer que nós não queiramos eficiência
88 ou que nós não queremos melhorar a qualidade dos nossos serviços. O entendimento é que hoje
89 os hospitais universitários, por sua história, assumiram, dentro do Sistema do SUS, os serviços
90 de mais alta complexidade e que requer a mais alta tecnologia, o que significa obviamente
91 também o maior custo. É a única chance da população desassistida pelos planos de saúde ter
92 atendimento a este tipo de serviço, hoje é via hospitais universitários no país todo. Vocês
93 podem dizer: nós não temos culpa de que o SUS está tão ruim e eu concordo, mas o problema é
94 que esse laboratório e essa experiência na formação dos nossos estudantes, bom como a
95 possibilidade da extensão voltada para o compromisso social se perde pela lógica empresarial.
96 Uma outra questão também muito importante para nós é a questão do controle social. Como
97 toda empresa, essa empresa, obviamente, terá objetivo de lucro. Para obter lucro sabemos quais
98 são os mecanismos que são necessários para serem acionados. Nós viemos de uma realidade no
99 qual nós temos mais de mil técnico-administrativos no nosso hospital universitário contratados
100 pelo regime CLT, via fundações privadas, quando isso foi permitido. Nós temos praticamente
101 metade dos técnicos via RJU e metade via celetista. O que foi observado, pois fizemos uma



102 avaliação muito dura junto com o sindicato dos técnicos da nossa instituição, percebemos que
103 principalmente para essas pessoas, que era o objetivo da Lei salvá-las, a Lei na verdade as
104 sacrifica. Não garante nenhuma adesão à nova Empresa, não garante a manutenção do mesmo
105 salário, não garante que eles não serão demitidos um dia após a instalação da Empresa. Aquilo
106 que se apresentava no início, na hora da formulação e da intenção da Lei, como sendo a grande
107 salvação daqueles técnicos, que não estavam ainda no regime jurídico único, na verdade, no
108 formato final, a Lei se mostra bastante controversa em relação a isso. Eu não conheço muito
109 bem a realidade de vocês, mas na nossa esses profissionais foram qualificados em serviço.
110 Houve muito investimento público na formação deles. Trocar imediatamente por novas pessoas,
111 ou não ter a garantia da permanência desse conjunto de técnicos, significa para nós uma perda
112 muito grande e que só vai poder ser reconstruída a médio e longo prazo, porque todos nós
113 sabemos as condições com que chegam os profissionais hoje e a necessidade da formação
114 constante e nós, enquanto universidade, sempre investimos nisso por entender que esse é o
115 nosso papel. Outro problema ainda que se apresenta para nós é a própria dificuldade de
116 organização desses trabalhadores que vão estar na EBSERH. Para eles não vai existir uma luta
117 nacional. Eles vão dialogar com quem? Vejam bem: com todos os seus direitos e garantias
118 aliados e não têm poder organizativo, o que significa exatamente colocá-los na lógica da
119 desgraça e do próprio destino. Isso também no nosso entendimento é mais uma forma de
120 legalizar as fundações estatais e de direito privado que já se encontram dentro das nossas
121 instituições. O problema é que fazer isso de forma muito clara via saúde para nós é só uma
122 sinalização do que vem depois com o restante da educação. Então cuidado é daquele velho
123 ditado: onde se abre a porteira, passa um boi e acaba passando a boiada. Que isso significa
124 enquanto política de Estado? Como conseguiríamos entender isso em uma coordenativa maior
125 de uma conta reforma do Estado? Já vivemos quase todas as instituições o que foi a adesão ao
126 REUNI, como foi feito os contratos de gestão na nossa instituição, por exemplo, os valores
127 foram nominais. Aquilo que foi contratado hoje, não foi contratado em metros de obras de
128 construção civil. Foi contratado em valores nominais que hoje garantem apenas um quinto da
129 execução das obras que estavam sendo esperadas. Por isso nós estamos cheios de prédios ainda
130 não concluídos. Esse é mais um contrato de gestão que nós assinamos com o Governo buscando
131 obviamente financiamento, porque as torneiras estão quase todas elas secas e nós acabamos
132 aderindo a uma proposta como tábua de salvação, sem poder perceber claramente quais são as
133 consequências não apenas para a saúde, mas de estabelecer um novo marco para essa política
134 pública, que estabelece como grande meta mercantilização de todo o serviço ofertado por nosso
135 serviço público. Esse novo trabalhador da EBSERH apenas será contratado pela CLT. O que
136 significa nenhuma estabilidade, tudo aquilo que já conhecemos e por isso nós lutamos tanto
137 pelo Regime Jurídico Único. Outro problema é como vai ser o atendimento à população. A Lei
138 já prevê duas entradas: uma via planos de saúde e outra para quem não tem. Isso rompe com
139 toda a lógica e construção de muitos anos que se firmou na década de oitenta, com a criação do
140 Sistema Único de Saúde, que é idéia da universalização ao acesso. Nossa preocupação é no
141 sentido de como ficará o atendimento? Essas duas entradas também vão garantir duas
142 qualidades diferentes para o serviço? Vamos ter uma saúde nos hospitais para os pobres e outra
143 para os que podem pagar? Como as administrações irão preferir resguardar os leitos? Como se
144 dará essa lógica operacional nessa nova gestão? Isso tudo são questões para se pensar! Outra
145 questão que está bem clara na Lei, é que atualmente as pesquisas que são desenvolvidas dentro
146 dos hospitais universitários, pertencem às universidades. Como pertencem às universidades,
147 esse conhecimento é sociabilizado e é de acesso público. Está muito claro também no objeto da
148 Lei que isso não será mais assim. Essas pesquisas passam a pertencem à Empresa. Tudo o que
149 for realizado passa a originar patente para esta Empresa e é ela que passa a possuir, então, o
150 "know how" e a possibilidade de transação, inclusive, econômica desse vencimento advindo
151 desse trabalho nos hospitais. Ainda o material e tecnologia decorrentes desses projetos ficam
152 também a cargo da empresa que, mesmo após o encerramento do contrato, não é mais
153 recuperável para a instituição. Este é outro problema: toda a tecnologia gerada deixa de
154 pertencer à Universidade e passa a pertencer a essa Empresa, ficando também na ótica do

Cem



155 mercado, na ótica empresarial. No nosso entendimento isso tem escancaradas essa contra
156 reforma do Estado em curso e que tem sinalizado para nós que a única forma de financiamento
157 é aceitando o desrespeito à autonomia universitária e que para nós é muito importante falar um
158 pouquinho melhor disso, porque a autonomia universitária não é o que Lei garante. É algo que
159 as ações nas universidades garantem! Quando abrimos mão desse direito de gerir, gestar e
160 tomar as decisões que podem sim, inclusive a adesão à EBSEH, nós estamos na verdade
161 descumprindo o artigo 207 da Constituição, que é a auto aplicabilidade de sua autonomia de
162 gestão de recursos e nós temos, inclusive, investigado a possibilidade de entrar juridicamente
163 contra o Governo, porque prover o financiamento via contrato de gestão que obriga as
164 instituições a aderirem a uma lógica mercantil e produtivista de assistência à saúde, esquecendo
165 a formação acadêmica, a formação do pesquisador e a possibilidade da extensão como
166 compromisso social, no nosso entendimento, fere a autonomia, porque, se eles mantivessem o
167 mesmo recurso de financiamento para quem não vai aderir à Empresa, aí era de fato uma opção.
168 O jogo que está sendo posto não é esse, assim como vimos via REUNI. Se aceitarmos participar
169 do jogo, temos financiamento. Se não aceitarmos, não teremos. Frente a essa realidade é que
170 estamos levantando que isso de fato fere a autonomia. Teríamos autonomia se pudéssemos
171 recusar a Empresa e receber os recursos da mesma forma, e dizer que não faríamos por essa via,
172 porque entendemos que outro caminho é o melhor. Vou pedir licença para os conselheiros, e
173 não sei se todos tiveram acesso, mas aprovamos duas Resoluções dentro da Universidade
174 Federal do Paraná: a primeira foi no primeiro momento de apresentação à Lei, onde fizemos
175 uma moção de repúdio ao PL e agora, num segundo momento, que foi quando o Conselho
176 Universitário, de fato pautou, já durante a nossa greve, a discussão sobre a nossa adesão,
177 enquanto instituição, a essa Empresa. Nossa Resolução é um pouquinho longa e vou pedir
178 licença aos conselheiros para ler, mas ela esclarece muito bem esse processo histórico e com
179 base em quais argumentos nós tomamos essa decisão, até para que vocês possam conhecer um
180 pouco da nossa experiência e trocarmos alguma informação. A Resolução é do ano corrente e
181 tem o número 23/12 do COUN, da qual consta: *“O CONSELHO UNIVERSITÁRIO da Universidade*
182 *Federal do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais e estatutárias, consubstanciado no disposto*
183 *no artigo 207 da CF, na Lei 9394, de 20 de dezembro de 2006, o contido na Lei 12.550, de 15 de*
184 *dezembro de 2011, por unanimidade de votos e considerando: - a indissociabilidade fundamental entre o*
185 *ensino, a pesquisa e a extensão, como pilares sobre os quais historicamente se constituíram as*
186 *universidades públicas brasileiras e sobre a qual se fundamenta na prática a base de todo o processo de*
187 *desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro; - que a autonomia universitária, expressa no artigo*
188 *207 da Constituição Federal, garante às universidades brasileiras a execução de sua atividade*
189 *finalística de formar profissionais qualificados e socialmente responsáveis e que esta autonomia não*
190 *pode ser submetida a regimes de contrato ou convênio que possam vir a romper a indissociabilidade*
191 *entre o ensino, pesquisa e a extensão, nem tampouco criar condicionantes ao binômio ensino e prática; -*
192 *que especialmente nas áreas da saúde o ensino e a prática são necessariamente partes integrantes do*
193 *mesmo processo formativo e que, não por acaso, os Hospitais Universitários e de Ensino – HUE’s se*
194 *constituíram vinculados às universidades, exatamente para garantir que este espaço formativo fosse*
195 *assegurado de forma plena e independentemente de adversidades decorrentes de relações ou de*
196 *convênio que pudessem colocar em risco esta dualidade do ensino na área da saúde; - que quase a*
197 *totalidade da pesquisa pura e aplicada produzida no país na área da saúde e que beneficia*
198 *indistintamente todo cidadão brasileiro é fruto do processo ensino, pesquisa e extensão realizado nos*
199 *HUE’s. Exemplo disso são os transplantes, como o de medula óssea, cujo desenvolvimento e*
200 *disponibilização à população somente foi possível nos ambientes acadêmicos dos Hospitais*
201 *Universitários e de Ensino, onde o confronto desafiante entre o saber científico e a realidade social*
202 *converge naturalmente para a produção de novas tecnologias e processos de diagnose e terapêutica e*
203 *são posteriormente disponibilizados ao Sistema Único de Saúde – SUS; - que os HUE’s, com o advento*
204 *do Sistema Único de Saúde – SUS, a partir da década de 80, constituíram-se não apenas como partes*
205 *integrantes, mas também fundamentais e estruturantes do sistema, tanto do ponto de vista da função de*
206 *referência e contra-referência, como do papel que desempenham como produtores de conhecimento e*
207 *executores dos procedimentos de alta tecnologia e alta complexibilidade, atividades que somente são*
garantidas à população nestes ambientes hospitalares; - que o único local dentro do Sistema Único de
Saúde onde é possível a realização de serviços de alta-complexibilidade e alto-custo é exatamente dentro
dos HUE’s visto que os demais hospitais públicos ou conveniados, em sua maioria, não dispõem de

Cem



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 05/2012 – FLS. 5 de 14

208 *profissionais qualificados e nem de instalações capacitadas para tal atividade; - que a integração plena*
209 *dos HUE's ao SUS é um processo que, apesar de iniciado na década de 1980, ainda está em*
210 *consolidação e que nele, os HUE's nunca tiveram reconhecido adequadamente o seu papel, nem do*
211 *ponto de vista de seu financiamento, nem do ponto de vista de sua essencialidade na prestação de*
212 *serviços de alta complexibilidade e alto custo, nem tampouco do ponto de vista de suas especificidades*
213 *enquanto ambiente diferenciado de ensino, pesquisa e extensão, apesar de seu papel estratégico e único*
214 *para o sistema; - que o SUS não foi plenamente instituído e que até hoje chegam demandas dos HUE's*
215 *por conta da precariedade da rede primária de assistência à saúde em alguns locais; - que se por um*
216 *lado as demandas de prestação de serviços do SUS, a partir da década de 1980, impuseram aos HUE's*
217 *a necessidade de adequarem sua infra-estrutura, capacidade de atendimento e quadro de pessoal frente*
218 *aos novos desafios, por outro lado não tiveram garantidos por parte do poder público o devido*
219 *financiamento e nem os recursos humanos necessários para que pudessem cumprir adequadamente a*
220 *missão que esta nova realidade lhes impôs; - que frente a essa realidade os HUE's buscaram as mais*
221 *diversas soluções, em especial no que se refere à questão do quadro de pessoal, cujos aspectos formais à*
222 *época não se configuraram como irregulares ou ilegais. Neste sentido, o Hospital de Clínicas da UFPR,*
223 *em particular, viabilizou-se coma contratação de pessoal sob o regime CLT através da Fundação d*
224 *UFPR. Sem esta solução não teria conseguido minimamente cumprir seu papel estratégico no Sistema*
225 *Único de Saúde, nem como centro de formação de mão de obra para o sistema, nem como centro de*
226 *pesquisa e desenvolvimento em saúde. Não fosse esta solução certamente nas décadas seguintes o*
227 *sistema local e regional de saúde teriam sofrido um colapso por carência de mão de obra qualificada*
228 *para as atividades de saúde e serviços de alta complexibilidade compatíveis coma crescente demanda da*
229 *população; - que somente a partir das mudanças impostas à gestão pública pela nova Constituição*
230 *Federal, já no final da década de 1980, que a contratação de pessoal em regime CLT através de*
231 *fundação de apoio passou a ser considerada irregular, seja do ponto de vista do ingresso, seja do ponto*
232 *de vista do repasse financeiro necessário para suportar as despesas da sua folha de pagamento de*
233 *salários e encargos; - que por ocasião do enquadramento de 1988, parte do quadro de pessoal*
234 *contratado em regime CLT através d FUNPAR, na UFPR, poderia, mas não foi absorvido*
235 *automaticamente ao regime público estatutário, convertido posteriormente ao Regime Jurídico Único-*
236 *RJU, diferentemente de outras universidades que o fizeram; - que apesar das dificuldades e desafios*
237 *acima elencados os HUE's não deixaram de realizar ensino, pesquisa e extensão sempre buscando*
238 *cumprir da melhor forma e qualidade seu papel frente ao SUS o que somente tem sido possível graças ao*
239 *constante aperfeiçoamento de seus modelos de gestão e da qualificação de seus quadros técnicos; - que*
240 *a questão da precariedade no financiamento e da força de trabalho em quantidade insuficiente foi e tem*
241 *sido um desafio constante e um fator impeditivo para que os HUE's possam atingir velocidade e*
242 *quantidade no atendimento às demandas do SUS; - que desde a proibição da contratação de pessoal*
243 *CLT através das fundações de apoio, conforme decisão do Ministério Público do Trabalho no ano de*
244 *1996, não mais ocorreram contratações de pessoal sob esta modalidade; - que o quadro de pessoal*
245 *fundacional alocado no Hospital de Clínicas e Maternidade Vitor Ferreira do Amaral, independente de*
246 *seus cargos, é altamente especializado nas especificidades de um hospital universitário de alta*
247 *tecnologia e alta complexibilidade, cuja capacitação foi obtida ao longo de muitos anos de qualificação,*
248 *treinamento em serviço e vivência prática e que a sua mera substituição, além de demandar altos custos*
249 *para a preparação de novos quadros, exigiria um longo tempo de qualificação incompatível com o curto*
250 *ou médio prazos; - que este mesmo quadro funcional, dadas as necessidades dos diversos serviços*
251 *hospitalares ao longo dos anos, está alocado em todos os serviços hospitalares e que mesmo ocupações*
252 *aparentemente de menor qualificação, como por exemplo de sanitização, lavanderia ou nutrição e*
253 *dietética, são vitais à garantia de elevados índices de controle de infecção hospitalar, o que significa que*
254 *a simples substituição destes quadros sem planejamento e em curto espaço de tempo comprometeria de*
255 *maneira importante a qualidade dos serviços prestados ao SUS, com prejuízos irreparáveis à população*
256 *atendida; - que esta mesma força de trabalho fundacional alocada no Hospital de Clínicas e*
257 *Maternidade Vitor Ferreira do Amaral, em grande parte tem uma longa folha de serviços prestados ao*
258 *Estado e à população paranaense, de no mínimo 15 anos de trabalho e muitos se encontram a menos de*
259 *5 anos de sua aposentadoria; e tendo em vista a Lei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011, que autoriza*
260 *a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH, e os princípios da Universidade*
Federal do Paraná, no sentido da garantia do adequado funcionamento dos HUE's, o processo de
ensino, pesquisa e extensão e sua vinculação orgânica ao SUS e que: - A preservação da autonomia
universitária é condição primeira e fundamental ao exercício do livre pensar, base sobre a qual se
constrói o conhecimento, a ciência e a tecnologia. Da mesma forma a autonomia das universidades deve
se constituir no meio através do qual a sociedade brasileira edificará o futuro de um povo
verdadeiramente livre e soberano, capaz de se autodeterminar a partir de suas instituições

Car



261 *tecnologicamente evoluídas, legitimamente democráticas, socialmente responsáveis e ambientalmente*
262 *consequentes. – É fundamental a preservação da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão*
263 *e do binômio ensino e prática na área da saúde para a manutenção das estruturas dos hospitais*
264 *universitários e de ensino no âmbito das universidades. – Se faz necessária a implantação de um modelo*
265 *de financiamento público compatível com as demandas de infra-estrutura, custeio e equipamentos de um*
266 *hospital universitário que faz ensino de qualidade, pesquisa de ponta e realiza serviços de alta*
267 *complexibilidade e alta tecnologia ao SUS e que incorpore, inclusive, os custos da folha de pagamento*
268 *de salários e encargos dos quadros fundacionais. – Devem ser consideradas as especificidades regionais*
269 *e os arranjos locais consolidados ao longo dos anos por cada HUE, em especial no que se refere aos*
270 *quadros fundacionais e cuja eventual intervenção poderá produzir prejuízos imensos à população*
271 *brasileira. – É inafastável o dever de se levar em consideração o passivo social que o estado brasileiro*
272 *tem para com o quadro fundacional dos HUE's, em especial do Hospital de Clínicas da UFPR e da*
273 *Maternidade Vitor Ferreira do Amaral, cuja essencialidade e indispensabilidade devem ser levados em*
274 *conta. Neste sentido a única solução socialmente justa e responsável é a absorção de todo o quadro sob*
275 *regime de trabalho público CLT em extinção, a exemplo do precedente instituído como solução*
276 *constitucional para os agentes de saúde comunitários conhecidos como "mata mosquitos". – A forma*
277 *prevista na Lei, ao estabelecer a cessão dos servidores do Regime Jurídico Único – RJU atualmente*
278 *funcional, no que tange ao órgão governamental a que permanecerão vinculados, bem como a sua*
279 *situação funcional na hipótese de não serem aceitos pela empresa. – É inadiável e necessária a*
280 *reposição de pessoal de concurso público e remunerado pelo Tesouro da União. – Ao se estabelecer*
281 *mecanismos e ferramentas de gestão interna ou externa deve-se levar em consideração o aumento da*
282 *eficiência através de instrumentos de apoio administrativo contemplando as especificidades de cada*
283 *HUE e preservando o comando único sobre o sistema hospitalar a encargo das universidades às quais*
284 *estão vinculados. – é importante garantir a plena implantação e continuidade dos princípios*
285 *estabelecidos no Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais –*
286 *REHUF. – A evolução do processo de implantação da citada EBSEH, onde ela já ocorre, indica que*
287 *não trará solução à necessidade de resolução para o quadro fundacional que presta serviços no*
288 *Hospital de Clínicas, sobre o qual recai o Termo de Ajuste de Conduta assinado em 2003 e reafirmado*
289 *em 2007 junto ao Ministério Público do Trabalho. – A adesão à EBSEH, no atual estágio de*
290 *implantação da mesma, impõe a adesão integral dos hospitais universitários, o que representa afronta*
291 *ao princípio da autonomia universitária, em especial no que se refere ao distanciamento administrativo,*
292 *de gestão e acadêmico do Hospital de Clínicas em relação à Universidade Federal do Paraná, em claro*
293 *descompasso com os esforços feitos nos últimos anos de maior integração entre assistência, ensino,*
294 *pesquisa e extensão; RESOLVE: Tornar pública a posição contrária à proposta de adesão integral ou*
295 *parcial do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná à Empresa Brasileira de Serviços*
296 *Hospitalares – EBSEH, reservando à competência privativa deste Conselho Universitário a*
297 *prerrogativa da decisão sobre esta matéria, sendo que qualquer deliberação sobre este tema deverá ser*
298 *procedida de ampla discussão com a comunidade. Sala de Sessões, em 09 de agosto de 2012. Zaki Akel*
299 *Sobrinho, Presidente". Outro dado ainda que eu gostaria de trazer para vocês, é que das cinquenta*
300 *e seis universidades, apenas dezesseis sinalizaram positivamente. Então essa idéia de que há*
301 *uma grande adesão e que todos estão achando maravilhoso, não é verdadeira. Dentre elas,*
302 *inclusive consta nesta lista, a Instituição da Universidade Federal de Pelotas. Dentro dessas*
303 *dezesseis, seria a UFPel e mais quinze que estão aceitando positivamente, em um universo de*
304 *cinquenta e seis universidades isso dá quase um quarto. Então não temos essa adesão tão grande*
305 *quanto o Governo anuncia. Sabemos que está havendo uma pressão muito grande junto às*
306 *Reitorias, inclusive de que nem apreciem essa matéria junto aos Conselhos Universitários, o*
307 *que revela uma atitude bastante antidemocrática, a postura de um Governo dos trabalhadores,*
308 *que lamentamos, obviamente, e achamos muito responsável por parte desta instituição, abrir um*
309 *espaço para que se possa discutir de forma que esta decisão não seja uma decisão do Reitor e*
310 *sim, do Conselho ouvindo a Comunidade Acadêmica. Queria trazer mais um dado, pois*
311 *acabamos de passar por um processo de sucessão eleitoral para a Reitoria na UFPR, e o nosso*
312 *Reitor que aprovou essa Resolução frente à outra candidata que tinha a posição de adesão à*
313 *EBSEH, ganhou as eleições com sessenta e um por cento dos votos, sendo que ele obteve*
1400 votos de docentes e ela obteve 560. Isso também sinaliza um pouco, que essa posição não
foi tomada por um Conselho que está alheio à vida da Comunidade Acadêmica. É pelo
contrário, ele expressa a vontade dos docentes e o entendimento de que o ensino e a pesquisa

Cem



314 vão sofrer enormemente com a adesão a esse Empresa. Essas promessas serão melhor olhadas,
315 avaliadas, para que não nos arrependamos depois e a autonomia não é o que está na Lei e sim o
316 que está na ação do cotidiano das nossas ações. Poderemos até aderir, mas porque quis e não
317 porque foi forçado. Esse seria talvez um primeiro conjunto de elementos que queria trazer a
318 vocês e fico aberta ao debate para podermos trocar e discutir um pouco mais esta questão.
319 Muito obrigada”. A partir desse momento, foram feitos vários questionamentos por parte dos
320 conselheiros, que foram de pronto respondidos pela palestrante. Para finalizar sua
321 participação, disse que tinha o maior respeito por todas as decisões dos Conselhos
322 Universitários e achava a atitude do Reitor de dividir com o Conselho esta responsabilidade era
323 uma atitude importante e democrática e acreditava que os conselheiros eram todos
324 representantes de uma comunidade muito maior. É nesse processo que tentaram fazer na
325 Universidade Federal do Paraná, que envolvia um fórum de saúde do trabalhador, de técnicos,
326 estudantes e docentes, do qual haviam tirado em uma assembléia comunitária a posição deles e
327 os conselheiros os representaram e fizeram efetivar essa posição. Acreditava que era esse o
328 papel de todos e essa era a democracia, onde vence aquela decisão que se coloque perante a
329 nova realidade social. Disse que torcia para que de fato os conselheiros rejeitassem a EBSERH,
330 porque tivessem clareza do lugar de onde ela vinha, do quão nefasta, o quão perversa era a
331 proposta que estava sendo colocada e acreditava que tinham condições objetivas de reverter o
332 processo. Agradeceu e encerrou sua participação. A seguir, o senhor presidente passou a
333 palavra ao Professor Mauro Del Pino, para suas considerações: “Bom dia a todos e a todas que
334 eu ainda não havia cumprimentado. Quero dizer do meu contentamento e da minha alegria por
335 poder observar o Conselho Universitário da nossa universidade, debatendo um tema da mais
336 alta importância e complexidade e parece que esse exercício do diálogo deve estar bastante
337 presente e fundamentar as decisões que a universidade tomar e este Conselho tem essa grande
338 responsabilidade. Portanto, de apontar o futuro do hospital da nossa universidade. Essas duas
339 sessões, bastante a tomarmos uma posição. Quando nós sugerimos ao Professor Cesar que essas
340 duas sessões acontecessem, foi justamente porque também eu, pessoalmente, não estava
341 totalmente esclarecido do impacto que teria a adesão para a Universidade, para a área da saúde,
342 portanto, para o ensino, a pesquisa, a extensão e também para a assistência nessa área. Parece-
343 me que essas duas sessões foram muito importantes, mas todavia, ainda me parece que hajam
344 questões necessárias para o aprofundamento. Não sei se todos conhecem a realidade do nosso
345 hospital e eu tive a oportunidade de estar lá bastante presente nos últimos meses. Nós temos
346 questões bastante importantes de serem sanadas a curto prazo e me preocupa muito o que irá
347 acontecer efetivamente com os nossos colegas que lá trabalham. Tanto aqueles que são
348 vinculados ao RJU, como aqueles que são celetistas, que estão contratados de forma precária,
349 pela Fundação. E eu, sinceramente, não tenho clareza absoluta do que irá acontecer com essas
350 pessoas. Parece-me que talvez seja o caso de prolongarmos um pouco mais o debate e
351 convidarmos alguém, não sei se o Tribunal de Contas da União, talvez da área jurídica, e que
352 nos possibilitasse um esclarecimento em torno da vida do trabalho dessas pessoas que
353 representam, portanto, um grupo importante que está hoje que tem seu futuro condicionado à
354 posição que nós vamos adotar. Então me parece que talvez fosse, a não ser que todos
355 estivessem absolutamente esclarecidos, superando para isso, o caso mesmo espremidos pelo
356 tempo, só temos que as decisões elas têm que ser tomadas em um curtíssimo espaço de tempo
357 seja o caso de nós possibilitarmos ainda mais momentos de reflexão para que estabeleçamos
358 aqui o contraditório mais uma vez e que isso nos leve a tomar uma decisão digamos bastante
359 madura que nos permita dormirmos tranquilos à noite. E quando nós temos que tomar decisões
360 que não ficam restritas à nossa pessoa, mas inclusive a outras famílias, acho que nós devemos
361 ser o mais cuidadosos possível. Se o Professor Cesar concordar e tivermos tempo para isso e o
362 plenário assim entender, talvez seja o caso de nós antes de colocarmos em votação, termos mais
363 um momento ainda que nós possamos amadurecer em definitivo entendermos o real impacto
364 dessa decisão para a Universidade, para o hospital e para quem está atualmente trabalhando. É
365 isso!” De pronto, o senhor presidente disse que antes de encerrar o item da pauta, gostaria de
366 fazer breves considerações: “Em primeiro lugar, gostaria de dizer à Professora Ástrid da nossa

Cesar



367 satisfação em ver toda sua participação, mas eu tenho que fazer algumas ponderações,
368 independente de qualquer posicionamento político, porque essa é uma decisão política, mais do
369 que qualquer coisa. Aqui a decisão está sendo tomada, pensando em vários aspectos, todos
370 políticos. Entretanto, nós gestores, tanto eu, em final de gestão, quanto o Professor Mauro, que
371 irá assumir a Reitoria brevemente, vamos nos deparar com uma questão muito prática.
372 Extremamente prática. O Tribunal de Contas da União tem um Acórdão que determinou que no
373 dia 31 de dezembro, os servidores que atualmente trabalham no nosso Hospital Escola, via
374 Fundação, sejam demitidos. Então, no dia 31 de novembro, quem responde é o gestor, como
375 pessoa física, e eu já estou cansado de tantos processos motivados por servidores técnico-
376 administrativos, por denúncias de alunos, por disposições de professores ao Ministério Público,
377 que reiteradamente geram processos contra mim e eu não tenho mais dinheiro para pagar
378 advogado e confesso a todos os colegas que eu tenho certeza de que o Professor Mauro não irá
379 passar por isso, como eu passei, porque a situação é bastante clara do porquê. De qualquer
380 forma, eu sou obrigado, como gestor e como pessoa física, tomar uma decisão no dia 31 de
381 dezembro, que é demitir todos os servidores da FAU, significando quinhentos e vinte e nove
382 (529) servidores. Ao fazer isso, por uma determinação jurídica, e não sou eu quem está
383 inventando, isso é um parecer da AGU, se eu não assim o fizer, já foi dito aqui na reunião
384 anterior, eu serei punido. Eu não quero de maneira nenhuma, ser punido, mas quero que o
385 Conselho Universitário tome uma decisão a respeito disso também, porque é muito fácil que o
386 Reitor seja punido e todos os Diretores, conselheiros saiam simplesmente, independente de
387 qualquer decisão, a decisão também será solidária, nem que seja politicamente solidária. Por
388 que eu trago aqui esta questão e por que o nosso tempo é tão exíguo? Porque se nós não
389 aderirmos, não tem problema algum. Se o Conselho Universitário decidir não aderir à proposta
390 do Governo, não tem problema. Nós teremos de ter outras alternativas para que o Hospital
391 Escola funcione. Então, eu gostaria de que na próxima reunião, se for ou não aprovada a
392 proposta do Governo, por esse Conselho, se não for aprovada que me tragam por favor, por
393 gentileza, que proposta vamos adotar no prazo exíguo de um mês, para que as 529 pessoas não
394 sejam demitidas e que isso seja juridicamente possível, uma vez que a Universidade não pode
395 contratar ninguém, de que maneira será mantido o funcionamento de um hospital, do qual
396 depende a Faculdade de Medicina, a Faculdade de Nutrição, em parte, Faculdade de
397 Odontologia, em parte e Faculdade de Enfermagem. Então termos que ter alternativas. Assim
398 como os senhores estão aqui para tomar essa decisão, me tragam alternativas e eu não sei qual,
399 mas tragam alternativas, sobretudo, aquelas pessoas que estão envolvidos nessa área. Se houver
400 adesão, todos sabem o que vai ocorrer. Independente da adesão, no dia 31 de dezembro eu sou
401 obrigado a demitir essas pessoas. Então vamos ter também que tomar uma solução, não sei
402 qual, mas alguma alternativa, para que no prazo "x" de tempo, o hospital continue funcionando,
403 mesmo precariamente, sem essas pessoas que serão demitidas por uma decisão do Tribunal de
404 Contas. Eu não posso assumir esse ônus. A não ser que outra pessoa queira assumir o meu
405 lugar, que também não sei se pode! Não quero deixar um problema sério desses para o meu
406 sucessor, mas o Professor Mauro terá depois que tomar uma decisão, da mesma forma que eu
407 estou tomando aqui. Tomando essa decisão, por uma imposição da área jurídica. Não sou eu
408 que estou inventando isso e não vou fazer porque eu quero. Eu sou obrigado a fazer. Não sei se
409 ficou claro. Tragam esta questão, para que também pensem a respeito disso. O que havíamos
410 proposto da reunião do dia 13 já decidido sobre esta situação, se deve única e exclusivamente
411 ao fato de que depois teremos apenas um mês para achar alternativas para que 529 servidores
412 não sejam demitidos. Para que o funcionamento do hospital não seja prejudicado e que as
413 nossas Faculdades também não o sejam. Só por isso. Agora, eu atenderei a solicitação, como
414 presidente do Conselho, do Professor Del Pino. Vamos aguardar e não vamos votar semana que
415 vem. Vou encaminhar ao TCU o convite para que venham aqui. Eu pessoalmente, pelo que
416 conheço dos Ministros do Tribunal de Contas, eles não virão. Pelas suas atividades em Brasília.
417 Porém vou encaminhar a proposta do Conselho, a solicitação, é óbvio, e dependendo disso, nós
418 também teremos de tomar uma decisão se vier ou não alguém. Então estejam todos conscientes
419 que nós teremos que em breve tomar essa decisão. Com todo o conhecimento que temos aqui

Cem



420 ou com toda a insuficiência de conhecimentos que temos. Os dados são sempre muito voláteis.
421 O que nós sabemos é que são 56 universidades federais, como disse a Professora Ástrid, muitas
422 delas com Faculdade de Medicina, outras sem Faculdade de Medicina. Muitas têm os
423 problemas que nós estamos enfrentando com diferentes peculiaridades. A situação do Paraná
424 não é a mesma nossa. A situação de Santa Catarina é diferente do Paraná e da nossa. E assim
425 por diante. Assim como também as informações que tivemos ontem é que das 56 universidades,
426 as quais muitas têm Faculdade de Medicina, 32 aderiram e aqui a informação é de que são 16.
427 Não sei quem está oferecendo estas informações e de que forma são adequadas ou não. Eu
428 apenas quero chamar a atenção de que tudo é muito volátil. Então a decisão final não será volátil.
429 Tanto eu como Reitor, quanto o Professor Del Pino, que vai assumir a Reitoria tão logo seja
430 nomeado pela presidência da República, nós vamos ter que manter o hospital funcionando, com
431 a política da esquerda, da direita, do meio, ou seja de que lado for, não faz diferença. O hospital
432 tem que funcionar e se ele vai funcionar bem ou mal, vai depender da gestão de cada um e da
433 gestão dos que lá estiverem, mas não esqueçam de que teremos de tomar esta decisão em breve,
434 com muita discussão, com muita reunião, façam “n” reuniões que acharem por bem, mas que
435 nós em breve teremos que reunir o Conselho, sem postergar mais, será preciso e sem discussão,
436 pois a reunião, depois, no final, será para deliberação. Senão vamos ficar indefinidamente
437 discutindo, porque as discussões aqui são intermináveis e as posições nunca vão mudar e as
438 posições serão as mesmas e todos nós nos conhecemos. O hospital não pode fechar, terá que
439 funcionar, precisaremos das direções das Faculdades trabalhando nos hospitais e também não
440 desejamos demitir tanta gente e também mais do que isso a preservação da vida é fundamental.
441 Então me parece que nessa discussão muito pouco foi falado sobre a vida e isso sempre pouco
442 se fala, porque o importante é CLT, RJU, claro que isso é importante, mas não esqueçam que
443 por trás disso, vocês terão na cabeça de cada um a responsabilidade da vida das pessoas que lá
444 estão e chegarão sempre. Eu digo isso com muita facilidade, porque sou médico. Talvez vocês
445 não vivam os problemas que todos nós vivemos e continuaremos vivendo. Era isso e mais uma
446 vez gostaria de agradecer a Professora Ástrid e vamos, em menos de cinco minutos dar
447 sequência ao resto da reunião. Muito obrigado”. A conselheira Celeste sugeriu convidar o
448 senhor André Bertoldi do TCU, que tem acompanhado o debate em diversos locais e sugeriu
449 que tentassem fazer contato com ele. O senhor presidente disse que iria fazer contato com o
450 nome sugerido. No seguimento da reunião, o senhor presidente falou que ao longo do período
451 em que a UFPel criou os Centros e participou desta grande discussão, os Centros também
452 abrigaram obviamente vários cursos de graduação. Cursos esses oriundos do REUNI, que já
453 estavam em funcionamento há cerca de dois e outros há três anos. A Pró-Reitoria de Graduação
454 teria que, ao longo desse tempo, ter encaminhado oficialmente ao Conselho, a solicitação já
455 aprovada pelo COCEPE em todos eles, para que o Conselho homologasse as decisões do
456 COCEPE sobre o funcionamento dos Cursos e isso não foi feito. Pediu desculpas em nome da
457 Pró-Reitoria na época que foi de 2010 esse período em que não houve este encaminhamento
458 formal e atualmente o MEC estava solicitando que fosse aprovada a nominata desses cursos,
459 para que a Administração pudesse evitar problemas na análise por parte das Comissões do
460 MEC. Essas Comissões já haviam estado na UFPel e haviam analisado vários dos Cursos,
461 porém alguns ainda faltavam ser analisados, e para evitar problemas de ordem burocrática ou
462 legal, pediu ao Conselho que o autorizasse a publicar no Diário Oficial a relação dos Cursos do
463 REUNI, já aprovados todos pelo COCEPE e obviamente todos em funcionamento de 2009 até a
464 presente data, para que fossem evitados problemas que poderiam surgir com algumas das
465 Comissões do MEC, como havia ocorrido no dia anterior com o Curso de Farmácia e a
466 Comissão havia feito essa solicitação. Como se tratava de uma questão emergencial e de modo
467 algum modificava o que já havia sido aprovado pelo COCEPE, apenas pediu o apoio do
468 Conselho, no sentido e que autorizasse a publicação no Diário Oficial de todos os cursos. O
469 conselheiro Rosendo Caetano perguntou quais seriam os cursos, ao que o senhor presidente
470 respondeu que os que ainda não haviam tido a publicação foram os seguinte: Gastronomia,
471 Gestão Ambiental, Gestão Pública, Geoprocessamento, Dança, Educação Física, Letras (no que
472 se refere à Revisão e Tradução de Textos, tradução de Espanhol, tradução de Português-Ingês,

Celeste



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 05/2012 – FLS. 10 de 14

473 tradução de Inglês-Português, Português-Alemão), Ciências Musicais, Teatro, Terapia
474 Ocupacional, Engenharia de Controle e Automação, Engenharia Eletrônica, Engenharia hídrica,
475 Engenharia de Materiais, Engenharia de Petróleo, Engenharia de Produção, Engenharia
476 Sanitária e Ambiental, Engenharia da Computação, Geografia, Jornalismo e Farmácia. Com a
477 concordância de todos os conselheiros, o senhor presidente disse que daria seguimento nessa
478 direção. Dando prosseguimento à pauta da reunião, o senhor presidente disse que tinha uma
479 sugestão a fazer com relação ao **Item 02** – Processo nº 23110.000368/2010-14 – do DCE –
480 Solicitação de alteração na legislação interna que regulamenta a Perícia Médica e o Abono de
481 Faltas. O senhor presidente sugeriu que o processo fosse encaminhado à Comissão de
482 Legislação e Normas - CLN. Aprovado. Na sequência, passou ao **Item 03** - Processo nº
483 23110.004745/2012-48 - do IB – Solicitação de regularização do Herbário PEL do
484 Departamento de Botânica, como Órgão Suplementar da UFPe]. O senhor presidente leu o
485 ofício encaminhado pelo Departamento de Botânica do IB: “Vimos através deste solicitar a
486 regularização do Herbário do Departamento de Botânica, como Órgão Suplementar da
487 Universidade. O Herbário, sob responsabilidade deste Departamento desde 1975, é reconhecido
488 internacionalmente como uma importante coleção de espécies vegetais. Ocorrentes na região de
489 atuação da UFPe e em outras regiões do Brasil, mantendo intercâmbio com inúmeros outros
490 herbários ligados a instituições de ensino e pesquisa nacionais e internacionais.” A conselheira
491 Gladis Aver Ribeiro, Diretora do Instituto de Biologia, solicitou que o processo fosse retirado
492 de pauta e enviado à Unidade, porque não havia sido avaliado pela Unidade e disse que se
493 admirava do fato do assunto ter sido encaminhado diretamente para maior discussões e disse
494 que a admirava muito o assunto ter sido encaminhado pelo Chefe do Departamento diretamente
495 ao Conselho Universitário. A conselheira Raquel, representante dos Professores Adjuntos,
496 lotada no Departamento de Botânica, Curadora desse Herbário, disse que não houve discussão
497 no Departamento sobre esse item Foi feito de forma arbitrária e concordava com a Professora
498 Gladis e pediu ao Conselho que fosse retornado à Unidade, para devida discussão. Colocado em
499 votação, a solicitação foi aprovada e o processo encaminhado à Unidade, para ser analisado
500 pelo Conselho Departamental, por ser uma questão administrativa. Em seguida passou ao **Item**
501 **04** - Processo nº 23110.010700/2011-21 - da Comissão de Ética/GR – Regimento Interno da
502 Comissão de Ética da UFPe]. O senhor presidente sugeriu que o processo fosse encaminhado à
503 Comissão de Legislação e Normas - CLN. Aprovado. Logo a seguir, passou ao **Item 05** -
504 Processo nº 23110.004118/2012-15 - da Comissão de Concurso Público Docente/UFPe –
505 Solicitação de alteração regimental – Peso das provas (Títulos, escrita e didática) – Concursos
506 Públicos para Docentes - UFPe]. O senhor presidente leu o pedido feito pelo Professor Evandro
507 Piva: “Ao cumprimentá-lo, venho por meio desta informar a necessidade de concluir as
508 alterações de concursos públicos da UFPe, alterando os pesos das notas de títulos, prova escrita
509 e prova didática, passando respectivamente para os pesos 4, 3, 3, uma vez que os respectivos
510 pesos atualmente em vigência são 5, para títulos, 3 para teórica e 3 para prática. Esta sugestão
511 foi aprovada na oportunidade da reunião do COCEPE em 2011, em reunião ocorrida em dois de
512 junho de dois mil e onze, para viabilizar essa alteração, torna-se necessário o encaminhamento
513 da proposta a ser apreciada pelo Conselho Universitário, porque trata da questão regimental. O
514 presidente sugeriu o encaminhamento para posterior encaminhamento para entrar em vigor com
515 maior brevidade possível, uma vez que essas alterações foram discutidas dentro da Comissão e
516 do próprio COCEPE, sendo um ponto unânime a necessidade de aumentar a valorização da
517 prova didática em detrimento da diminuição do peso da prova de títulos”. Ouvindo uma série de
518 colegas, isso parece bem lógico, uma vez que as dificuldades que os nossos alunos têm tido ao
519 longo dos cursos, muito mais vinculado às questões de didática e de transmissão de
520 conhecimento do que sem nenhum prejuízo obviamente sem detrimento algum à qualidade do
521 profissional que foi escolhido nos concursos a partir da prova de títulos. Nem sempre aqueles
522 professores que são altamente qualificados com altos graus nos seus doutorados ou mestrados
523 sabem ministrar as aulas o que é importante, para os nossos alunos de graduação. Portanto, este
524 foi o motivo pelo qual essa comissão do COCEPE aprovou essa alteração no peso das provas
525 nos concursos públicos, porém é fundamental que o Conselho Universitário se manifeste a

Assinatura



526 respeito disso. O conselheiro Erico Kunde perguntou se esses pesos seriam para todas as
527 categorias de ingresso, pois atualmente era diferente a pontuação. O conselheiro Ernani Ávila
528 disse que, como isto era matéria que dizia respeito ao Regimento e pedia o refazimento daquilo
529 que estava disciplinado, deveria ser submetido, antes da apreciação do CONSUN, à análise da
530 CLN. O senhor presidente respondeu que Ra verdadeiro, mas de qualquer forma, já que havia
531 sido trazida a questão àquela reunião, poderiam deixar as manifestações dos conselheiros sobre
532 isso, tão logo fosse ouvida a Comissão de Legislação e Normas, conforme haviam feito com os
533 outros itens. Disse que se os conselheiros achassem adequados, deixariam de ouvir os
534 conselheiros inscritos para debater o item naquele momento, encaminhariam o item à CLN e
535 posteriormente, passariam à discussão na próxima reunião. Sem manifestações, foi colocado em
536 votação, o que foi aprovado por unanimidade. A seguir, passou ao **Item 06 - Processo nº**
537 **23110.004496/2012-91 - do PPG em Memória Social e Patrimônio – Projeto de Criação do**
538 **Curso de Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural - ICH.** A conselheira Lorena Gil
539 relatou o assunto. Sem manifestações, o senhor presidente colocou em votação. Aprovado por
540 unanimidade. Dando seguimento à reunião, o senhor presidente passou ao **Item 07 - Processo**
541 **nº 23110.004280/2012-25 - do IFM – Projeto de Programa de Mestrado Acadêmico**
542 **Multidisciplinar em Modelagem Matemática.** O conselheiro Vitor Gonçalves relatou o assunto.
543 Sem manifestações, o senhor presidente colocou em votação. Aprovado por unanimidade. De
544 pronto, passou ao **Item 08 - Processo nº 23110.004745/2012-48 – de Maria Jandira Salum –**
545 **Solicitação de análise de concessão de título de Doutor *Honoris Causa* ao Presidente Luiz**
546 **Inácio Lula da Silva.** O senhor presidente leu o documento da servidora: “Winston Churchill
547 havia se referido aos pilotos da RAF, aos combates Nazistas proferiu a célebre frase: “Nunca
548 tantos deveram tanto a tão poucos.” Olhando a história recente do Brasil e especificamente
549 nossa Universidade, podemos aplicar ao Presidente Luis Inácio Lula da Silva a máxima de
550 Churchill. Desnecessário elencar tudo que o Presidente Lula fez por nosso país o presente já
551 mostra e o futuro certamente também o fará. Por essa razão, venho respeitosamente sugerir a
552 análise da possibilidade de concessão do título de *Doutor Honoris Causa* ao Presidente Luis
553 Inácio Lula da Silva. Aproveito a oportunidade para manifestar meu apreço e distinguida
554 consideração. Atenciosamente, Maria Jandira Salum”. Colocado em discussão, aconteceram
555 diversas manifestações contrárias, inclusive de repúdio à proposta. Naquele momento o senhor
556 presidente disse que antes de apresentar sua proposta a respeito do tema, gostaria de fazer
557 algumas considerações, posto que naquela reunião estavam presentes representantes discentes,
558 técnico-administrativos e outros conselheiros que não participaram das reuniões, quando há
559 dois anos ou três haviam discutido a concessão do Título de *Doutor Honoris Causa* a dois
560 ministros de Estado do Governo Lula: Ministro Tarso Genro e Ministro Fernando Haddad.
561 Disse que para ele era contraditório saber que a Universidade concedera o título ao ministro e
562 negavam a mesma distinção ao presidente. Todos sabiam que o Conselho era formado por
563 pessoas de diferentes matizes ideológicas e partidárias. Ninguém era ingênuo, hipócrita ou
564 cínico a ponto de dizer que ali não tinha as representações do PT, do PP, do PSol e assim por
565 diante. Todos representavam o que existe na sociedade. Então não poderiam de maneira
566 nenhuma afastar esses aspectos subjetivos ou ideológicos da escolha de qualquer pessoa, até
567 mesmo quando o que estava dizendo ali fosse motivo de riso entre alguns dos conselheiros
568 discentes. Porém, ele acreditava que aquilo tinha que ser dito. Disse que não havia votado no
569 Presidente Lula, quando ele havia ganhado a Presidência pela primeira vez. Disse que havia
570 trabalhado na Casa Civil do Presidente Fernando Henrique Cardoso e jamais havia sido
571 maltratado ou desconsiderado pelo Presidente Lula dentro do seu Governo, mesmo sabendo que
572 em um período de sua vida havia trabalhado como Assessor da Doutora Ruth Cardoso,
573 diretamente lá. E isso mostrava a grandeza de ambos os Presidentes e seus Governos.
574 Acreditava ser fundamental que aqueles que no Conselho por alguns momentos achavam
575 engraçado o que dizia, levassem em consideração quando estivessem velhos, quando tivessem a
576 maturidade que naquele momento não tinham e isso era fundamental para que levassem isso
577 também em consideração. Poderiam discordar de tudo. Podiam colocar na cabeça do gestor
578 maior da República todos os erros de todos os seus ministros, assessores, representantes ou

Cem



579 não dos partidos políticos deste país. Poderiam não gostar do Lula, mas não poderiam de
580 maneira nenhuma funcionar como sempre funcionavam desrespeitando a figura do Presidente
581 que havia sido eleito por todos. Eleito ou não, mas foram eleitos democraticamente e ali todos
582 defendiam tanto a democracia na Universidade, com todos os erros políticos e matemáticos que
583 tinham havido e mesmo assim, elegeram e reconheceram como Reitor, gostando ou não do
584 Reitor e foi eleito ou que será eleito, que já trabalhado na Universidade ou que viesse a
585 trabalhar no futuro. Mas representava toda a Instituição, assim como o Presidente da República
586 o representava. Se tivessem a maturidade que tem os Estados Unidos, que terminada uma
587 eleição representa o Presidente a todo o país, nós não passaríamos pelo vexame que estavam
588 passando ali. Achava inaceitável qualquer um deles desrespeitassem o Presidente de qualquer
589 momento desse país. Estavam desrespeitando a todos nós. Que o Lula havia feito muito pela
590 educação, claro que fez. Muitos dos conselheiros não estariam ali se não fosse o Governo Lula.
591 Muitos deles não estariam ali se não fosse o Presidente que o antecederam. Todos fazem
592 alguma coisa pela educação! O REUNI permitiu que os laboratórios de todos os cursos
593 tivessem equipamentos, gostassem ou não ao alunos que naquele momento recebiam os
594 trezentos Reais mensais de sua bolsa para se manterem fora da Casa do Estudante, porque não
595 teriam onde morar é graças ao Governo do Lula. Se não fosse o dinheiro que veio de lá não
596 estariam entre nós. Muitos professores dos oitocentos servidores que a UFPel tinha novos,
597 estavam ali pelos Governos que tivemos. Se são bons, errados ou não, foi isso que tiveram.
598 Nunca antes deles tivemos isso e os Diretores presentes eram prova do que estava dizendo.
599 Jamais a Faculdade de Nutrição teve o que teve. Jamais a Faculdade de Enfermagem, que
600 funcionava, e a Diretora poderia confirmar o que estava dizendo, que funcionava em três
601 salinhas ao longo de três décadas, em cima da Anatomia da Medicina e que tinha naquela data
602 uma área enorme dentro do Anglo. Isso não valeu? Isso não foi dado pelo Ministro da Educação
603 e pelo Presidente? Claro e foi dado não porque o PT é quem estava lá. Havia sido dado pelos
604 projetos que haviam levado a Brasília. Foram aprovados por serem adequados. Projetos de
605 todos. Então, não adiantava chegar com a história de que o Presidente não prestou.. Que o
606 Ministro não prestou. Que o Reitor não fez nada. Que o Reitor foi isso ou foi aquilo e que nada
607 trouxera para a Universidade com a sua Administração. Lamentava falar daquela maneira e não
608 gostaria de ter dito aquilo, mas não poderia, de modo algum, deixar de preservar as suas
609 coronárias, em respeito aos conselheiros tinha que falar sobre o que havia falado. Pediu que o
610 assunto fosse retirado de pauta e fosse postergada a decisão. Porém, pediu que refletissem sobre
611 o que havia falado, pois era inaceitável que eles, por um mínimo de deslize, de erro que
612 qualquer gestor tenha, porque todos terão. Não pensassem eles que do dia 13 de janeiro, quando
613 assumisse a nova Administração não haveria erro, não haveria deslizes, pois haveria sim.
614 Talvez não fossem publicizados, como haviam gostado de publicizar as dificuldades e erros de
615 todos da sua Administração, mas que haverá sim, pois não existe a perfeição. Disse se existisse
616 Deus, Ele seria o perfeito, mas nós não somos. Perguntou se alguém se colocava na condição de
617 perfeição ou que jamais erraria? Pediu mais uma vez que refletissem sobre aquilo e como
618 presidente do conselho retirava o assunto de pauta. Por último, relatou o **Item 09 –**
619 **Recredenciamento da Fundação de Apoio Universitário – FAU, como Fundação de Apoio à**
620 **UFPel (Homologação de *ad referendum*).** O senhor presidente relatou o assunto, dizendo que
621 havia aprovado “ad referendum”, pelo fato de que a FAU precisava receber recursos financeiros
622 do Ministério da Saúde, precisam ter o aval dos Conselhos. Já havia passado no Conselho
623 Diretor da Fundação, e deveriam, por determinação legal, de nova legislação, deveria ser
624 analisado pelo Conselho Universitário, o recredenciamento da FAU. Disse que a Doutora
625 Cristina estava no plenário para as devidas explicações, se houvesse alguma manifestação a
626 respeito. Deixou a palavra à disposição dos conselheiros. O conselheiro Rosendo Caetano fez a
627 colocação no sentido de deixar registrada sua preocupação em relação às dívidas trabalhistas
628 que estavam registradas no relatório. A proposta de liberação de cinco milhões para pagamento
629 das dívidas. Disse que se preocupava muito com as questões trabalhistas e os projetos que
630 tiveram recursos liberados pela Universidade e que não foram utilizados totalmente, se estes
631 recursos retornavam para a Universidade. Perguntou ainda o por quê de seu nome constar do

Cem



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 05/2012 – ELS. 13 de 14

632 relatório, se era pelo fato de ter sido admitido na Instituição. A Doutora Cristina relatou como
633 assessora jurídica e presidente do Conselho Deliberativo da FAU. Disse que não tinha formação
634 na área contábil, mas tentaria explicar as questões que haviam sido postas e se manteve à
635 disposição para novas informações, se houvesse necessidade. Inicialmente falou sobre o
636 demonstrativo financeiro da Fundação. Disse que na verdade o relatório era a situação da
637 Instituição com suas atividades desenvolvidas no ano, com uma data de corte chamada 31 de
638 dezembro de 2011. Estavam demonstrando a situação da Fundação naquela data. N aquela data
639 foi demonstrado o passivo, que é a dívida, que não eram apenas trabalhistas, pois tinham outras
640 despesas e disse que podia informar que todas essas despesas eram oriundas das atividades
641 desenvolvidas junto ao Hospital Escola, onde a Fundação fazia endividamento próprio em
642 muitas situações, para atender as necessidades da Fundação em nome próprio. Em relação às
643 dívidas trabalhistas que estavam apontadas no relatório dos auditores independentes, que era no
644 montante aproximado de seis milhões, já existia uma negociação sobre este assunto, que era
645 uma situação permanente e a própria universidade, esta dívida basicamente era oriunda de uma
646 ação trabalhista coletiva movida pelo Sindicato dos empregados havia mais de quinze anos.
647 Estavam lutando de uma forma a saldar essa dívida, em função de que até o rolar desses anos
648 todos só faz crescer como uma bola de neve. Foi reconhecido através de todo um procedimento
649 de demonstração e apresentação da documentação necessária, que essa dívida trabalhista era
650 oriunda de pessoas que estavam trabalhando prestando serviços ao Hospital Escola junto à
651 Justiça do Trabalho foi feita uma negociação com todos os credores que pegavam pequenas
652 ações, não somente essa de grande volume, que é quase a totalidade do valor, onde tramitou
653 cerca de quase dois anos essa negociação, e no mês de janeiro do ano corrente esta dívida foi
654 quitada através de um acordo no valor de cinco milhões de reais, valor este que foi reconhecido
655 pelo MEC como necessidade de repassar via Universidade para a quitação, pelo
656 reconhecimento de que se tratava de uma força de trabalho do Hospital Escola. Então, disse que
657 conseguiram realizar, à época, um acordo onde fizeram a quitação dessa dívida, portanto esse
658 demonstrativo financeiro não apresenta, porque aconteceu no exercício deste ano corrente, e
659 será no relatório desse ano que aparecerá zerado o valor, onde tivemos uma economia de quase
660 quarenta por cento, que foi o desconto obtido junto à Justiça do Trabalho, do valor avalizado.
661 Em relação aos projetos, disse que isso foi uma solicitação do MEC, que faz essa avaliação dos
662 credenciamentos, de Fundações de Apoio, em que seja aberto os projetos e a situação dele.
663 Como havia colocado, o relatório era com data de 31 de dezembro de 2011, estavam colocando
664 a situação dos projetos desenvolvidos pela Fundação, em apoio às atividades da Universidade
665 em 31 de dezembro. Por exemplo, Feira de Ciências havia sido um convênio assinado entre
666 Fundação de Apoio e Universidade Federal para a execução desse projeto no final do ano que
667 havia passado. Em geral esses convênios têm prazo de validade de doze meses, as vezes ele é
668 prorrogado, de acordo com a necessidade interesse e solicitação do Coordenador do projeto que
669 sempre é um docente da Universidade. As despesas que a Fundação faz dentro desses projetos
670 sempre são de acordo com um plano de trabalho elaborado por esse professor coordenador e
671 acompanhado durante toda a execução por este professor coordenador. Quem tem projetos
672 através de Fundações sabe que é assim que funciona. Por exemplo: termos recebido no
673 convênio quatrocentos mil reais e termos gasto três mil é porque assinamos o convênio em uma
674 determinada data, o financeiro muitas vezes leva quase seis meses para entrar, que é quando o
675 professor pode efetivamente iniciar o projeto e aí são as razões que muitas vezes gera
676 prorrogação destes convênios para conseguirmos executar toda a atividade em um prazo menor.
677 Esses recursos ficam em contas específicas, remuneradas, são prestadas contas de forma
678 individual, os convênios obrigatoriamente, porque isso é padrão da universidade, têm cláusulas
679 dizendo que, se houver sobra de dinheiro, tem de devolver para a Universidade e essa sobra
680 inclui os rendimentos. Se houver aquisição de material permanente, tem de ser imediatamente
681 doado à Universidade, o que nós fazemos e nós somos meros executores desses projetos. Por
682 isso que aparece que recebemos um valor e executou um valor menor, porque são projetos que
683 ainda estão andando. Em relação aos nomes que aparecem neste relatório, é porque houve uma
684 mudança na legislação de credenciamento das Fundações Apoiadoras das Instituições Federais

Cec



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 05/2012 – FLS. 14 de 14

685 de Ensino Superior, em 2010, onde criaram uma regra em que esses projetos têm de ter 2/3 do
686 pessoal da Instituição apoiada e no máximo 1/3 da Instituição Apoiadora, que seria a Fundação
687 de Apoio. Isso é uma forma de demonstração e por isso que aparecem nomes e está grifado se é
688 docente, discente, técnico ou FAU, no caso, que só é pedida a quantidade, não interessando os
689 nomes que constam. Esses nomes destas pessoas é a qualificação, dizendo se são técnicos,
690 docentes ou discentes e que têm algum tipo de participação naquele projeto, quer direta, quer
691 indiretamente, é fornecida à FAU, pelo Coordenador d Projeto. Não somos nós que criamos
692 estes nomes. No momento não saberia responder essa colocação feita pelo conselheiro Rosendo
693 Caetano, que o seu nome constava de um projeto de que não havia participado. Para ficar o
694 esclarecimento, a doutora Cristina disse que a Fundação apresenta anualmente o relatório à
695 Universidade federal e nele fica também vem a parte da demonstração contábil e sempre é
696 anexado o parecer do Ministério Público, porque nós como Fundação privada estamos
697 submetidos ao Ministério Público Estadual, que avalia também nossas contas com um certo
698 atraso e nós conseguimos, por exemplo, em 2011, anexar o parecer do Ministério Público em
699 relação às contas de 2010. Isso em geral é mandado para a Universidade junto, e mais o parecer
700 dos Auditores Independentes. Isso sempre vem e o nosso relatório realmente é anual, sendo que
701 o encerramento é 31 de dezembro de cada ano. O conselheiro Manoel Maia se manifestou
702 dizendo que faria um esclarecimento ao Conselho: todos os projetos de pesquisa que existem
703 nas Fundações não só FAU, quanto outras, a Pró-Reitoria de Pesquisa exigiu que todos os
704 projetos estivessem registrados no COCEPE, aprovados oficialmente, então não existe projetos
705 nas Fundações que não estejam cadastrados na Universidade. Esses projetos têm toda uma
706 contabilidade, como dissera a Doutora Cristina, separada. Eles entram em diferentes momentos
707 do ano, através das fontes financiadoras, e toda a parte de pesquisa, podia adiantar aos
708 conselheiros, que estava totalmente registrada no COCEPE e, inclusive, qualquer presidente de
709 fundação que albergasse um projeto de pesquisa não registrado no COCEPE seria submetido a
710 sanções judiciais muito sérias. O senhor presidente perguntou se haveriam mais colocações por
711 parte dos conselheiros e não havendo colocou em votação, que foi aprovado, com uma
712 abstenção. Agendou a próxima reunião para terça-feira às nove horas da manhã. Agradeceu a
713 todos e, sem mais, deu por encerrada a reunião às doze horas e vinte minutos, do que para
714 constar, eu Roseméri Roseméri Gomes Gonçalves, Secretária dos Conselhos Superiores,
715 lavrei a presente Ata que, depois de aprovada, foi igualmente assinada pelo senhor presidente.

Roseméri Gomes Gonçalves